



RIEdSA

Revista Interdisciplinar em Educação, Saúde e Ambiente

Programa de Pós-Graduação
em Formação de Professores
e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI)
UPE - Campus Petrolina

Thamires Pereira Gonçalves Oliveira
Universidade de Pernambuco
thamyg32@gmail.com

 [0000-0003-3451-1901](https://orcid.org/0000-0003-3451-1901)

Cristhiane Maria Bazílio de Omena Messias
Universidade de Pernambuco
cristhiane.omena@upe.br

 [0000-0002-1991-0376](https://orcid.org/0000-0002-1991-0376)

Marianne Louise Marinho Mendes
Universidade de Pernambuco
marianne.marinho@upe.br

 [0000-0003-1560-765X](https://orcid.org/0000-0003-1560-765X)

Submetido: 20/07/2023

Aceito: 20/08/2023

Publicado: 05/01/2024

A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES NA PROMOÇÃO DA SAÚDE INFANTIL

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo uma análise científica da alimentação escolar infantil em creches públicas e suas possíveis contribuições para a prevenção de doenças e promoção à saúde das crianças atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico nos trabalhos científicos, além de pesquisa documental incluindo os documentos referentes ao programa de alimentação escolar infantil, sobretudo em relação às Diretrizes Nacionais do PNAE. Diante dos resultados encontrados sobre o tema ficou notório a necessidade da continuidade de uma pesquisa mais aprofundada.

Palavras-chave: creches, crianças, educação e saúde, hábitos alimentares, PNAE.

SCHOOL FEEDING AND ITS POTENTIAL CONTRIBUTIONS TO CHILD HEALTH PROMOTION

ABSTRACT: The present study aimed to conduct a scientific analysis of child school feeding programs in public daycare centers and their potential contributions to disease prevention and health promotion of children served by the National School Feeding Program (PNAE). This is a bibliographical research on scientific works, in addition to documentary research including documents referring to the children's school feeding program, especially in relation to the PNAE National Guidelines. In light of the findings on this topic, it became evident that further in-depth research is needed.

Keywords: children, daycares, dietary habits, education and health, national school feeding program (PNAE).

LA ALIMENTACIÓN ESCOLAR Y SUS POSIBLES CONTRIBUCIONES EN LA PROMOCIÓN DE LA SALUD INFANTIL

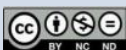
RESUMEN: El presente estudio tuvo como objetivo realizar un análisis científico de la alimentación escolar infantil en guarderías públicas y sus posibles contribuciones para la prevención de enfermedades y la promoción de la salud, de los niños atendidos por el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE). Se trata de una investigación de naturaleza bibliográfica. Además, se llevó a cabo una investigación documental que incluyó documentos relacionados con el programa de alimentación escolar infantil, especialmente en lo que respecta a las Directrices Nacionales del PNAE. A la luz de los resultados encontrados sobre este tema, quedó patente la necesidad de continuar con una investigación más profunda.

Palabras clave: educación y salud, hábitos alimentarios, guarderías, niños, programa nacional de alimentación escolar (PNAE).

Volume 1 - Número 1 (2024)

ISSN:

DOI:





INTRODUÇÃO

A qualidade de vida dos indivíduos está diretamente ligada aos seus hábitos alimentares e tem sido uma preocupação mundial, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2017) o histórico de doenças relacionadas aos maus hábitos alimentares vem crescendo de maneira significativa nos últimos anos.

Nesse contexto, o número de estudos sobre alimentação e hábitos saudáveis nas escolas vem ganhando destaque. Historicamente as grandes conquistas alcançadas juridicamente ao longo dos anos no que diz respeito à alimentação escolar, visam garantir aos estudantes das escolas públicas uma alimentação digna e adequada para cada fase da vida, em especial a Infância, pois são nos primeiros anos de vida que o indivíduo começa a formar seus hábitos alimentares que serão reproduzidos durante a vida adulta, demonstrando suas preferências em relação às texturas e sabores (CUNHA, 2014).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, que traz no seu Art. 53 a garantia do direito à educação, visando o pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando ainda o direito da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola a criança e ao adolescente já prevista no Artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que diz:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários (...).

Cunha (2014) considera que, desde a infância, cada indivíduo já tem suas preferências alimentares. Assim,

Quando a criança sai do seu lar e começa a frequentar ambientes diferentes como a creche e a escola e, ela sofre a influência de diversas formas, pois o contato com tantas pessoas diferentes tende a levar os pequeninos a imitarem os comportamentos dos outros, tanto no que diz respeito à questão social como no alimentar e isto pode trazer consequências tanto positivas como negativas (CUNHA, 2014, p.9).



Diante do exposto, fica evidente que escola pública desempenha um importante potencial social na promoção da aprendizagem e promoção da saúde onde por muitas vezes também se apresenta como fonte principal de apoio nutricional. Esse estudo surge como uma análise científica acerca da ligação entre alimentação escolar em creches e promoção da saúde infantil.

REVISÃO DE LITERATURA

Quando se analisa o cenário do sistema educacional brasileiro nos dias atuais, percebemos a necessidade da promoção à saúde, uma vez que saúde e educação se encontram em viés de interdisciplinaridade na elevação de um aprendizado significativo e transformador.

Em 1947 a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”. Depois de um pouco menos de oito décadas, essa definição ainda parece algo inatingível, onde a sociedade moderna encontra-se em um ritmo cada vez mais acelerado, manter esse equilíbrio tem se tornado bastante desafiador.

Vive-se nos dias em que os *fast foods* vêm ganhando cada vez mais destaque, cercados por uma série de opções rápidas e saborosas com a finalidade de tão somente de saciar a fome, através de propagandas cada vez mais elaboradas, fazendo com que os produtos lançados no mercado cheguem ao consumidor final como uma verdadeira fonte de prazer instantâneo, escondendo por outro lado o perigo em questão desse tipo de alimentação contínua.

Desse modo, a alimentação/nutrição deixou de ser apenas uma preocupação de saúde e passou a ser também uma inquietação educacional, dando espaço para a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. (BRASIL,2015)



É necessário reconhecer o poder significativo da escola na promoção da saúde, indo além do autocuidado, abrange também a prevenção de problemas coletivos, higienização, alimentação equilibrada, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e culturais.

Segundo Cunha (2014) a educação para a saúde deve se iniciar nas idades da pré-escola (educação infantil) e escolar (ensino fundamental) devido a sua maior receptividade e capacidade de adoção de novos hábitos e, ainda, porque as crianças se tornam excelentes mensageiras e ativistas perante suas famílias e comunidade. O ambiente escolar, dessa forma, influencia a formação da personalidade e conseqüentemente isso se reflete nas preferências alimentares dos alunos.

A alimentação escolar de qualidade compreende o uso de alimentos variados, seguros e que respeitem o desenvolvimento dos alunos e a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde. Ela é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado. Desse modo, a educação alimentar e nutricional pode ser trabalhada de maneira interdisciplinar (FAZENDA, 2012), dentro de um projeto de promoção à saúde, no qual ultrapasse os limites do espaço escolar, demonstrando que a alimentação deve ser integrada nas diferentes disciplinas do currículo oficial.

De acordo com a Lei nº 11.947/2009, na qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, são diretrizes de uma alimentação saudável e adequada, o uso de alimentos variados e seguros, os quais contribuam para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, de acordo com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive daqueles que necessitem de atenção específica (BRASIL, 2009).

A referida Lei ainda garante:

O direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontra em vulnerabilidade social (BRASIL, 2009, p.1).

A partir daí surge o pensamento reflexivo de como a escola trabalha a questão da educação alimentar na primeira infância, analisando então a implementação de um programa de educação alimentar para crianças na primeira infância.



Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento na Educação – FNDE, que gerencia o programa, foi em 1988 a partir da constituição, que passou a assegurar o direito à alimentação escolar a todos os alunos da educação básica e em todas as suas modalidades, matriculados em escolas públicas, filantrópicas ou conveniados ao poder público e é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo com atendimento universalizado conseguindo chegar às áreas mais remotas de todo território brasileiro, (BRASIL, 2017).

A alimentação escolar de qualidade compreende o uso de alimentos variados, seguros e que respeitem o desenvolvimento dos alunos e a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde. Ela é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado. Desse modo, a educação alimentar e nutricional pode ser trabalhada de maneira interdisciplinar (FAZENDA, 2012), dentro de um projeto de promoção à saúde, no qual ultrapasse os limites do espaço escolar, demonstrando que a alimentação deve ser integrada nas diferentes disciplinas do currículo oficial.

Muito mais do que uma ação nutricional, a oferta da merenda nas escolas públicas se torna uma proposta pedagógica, influenciando fortemente no rendimento escolar das crianças.

A sala de aula da escola pública é um dos espaços mais adequados para trabalhar temas de interesse coletivo, funciona como um passaporte para despertar de um pensamento na comunidade como educação sanitária e educação para saúde, promovendo uma reflexão sobre as escolhas e adoção de hábitos saudáveis, gerando um conhecimento significativo pautada em atitudes de promoção à saúde e qualidade de vida.

METODOLOGIA

O percurso metodológico consta de uma pesquisa de abordagem qualitativa embasada no método descritivo, de cunho bibliográfico nos trabalhos científicos relacionados à temática da alimentação escolar, em relação à prevenção de doenças e promoção à aprendizagem dos alunos, o banco de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Periódicos CAPES. “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2002, p.44).



Nessa direção, Macedo (2012) considera que a pesquisa qualitativa visa compreender e interpretar um fenômeno em que o pesquisador busca compreender o contexto da pesquisa. A pesquisa ainda inclui documentos referentes ao programa de alimentação escolar infantil, sobretudo em relação às Diretrizes Nacionais do PNAE (leis e normativas) e suas especificações.

Como critério de inclusão buscou-se trabalhos que:

- a. Abordasse a merenda escolar em creches; a qualidade de vida por meio de uma alimentação saudável e promoção à saúde.
- b. Promovesse impacto social no cenário de vulnerabilidade
- c. Estivessem disponíveis gratuitamente e integralmente nas plataformas selecionadas, bem como traduzidos ou escritos em Português.
- d. Publicados entre 2013 e 2023

A pesquisa foi desenvolvida em etapas, sendo: (1) levantamento de dados; (2) estudo da arte; (3) análise e cruzamento das informações obtidas.

Os artigos foram encontrados nas plataformas citadas por as palavras-chaves PNAE; Crianças; Hábitos Alimentares; Creches; Educação e Saúde. Ao final da busca passando por os critérios de filtros já mencionados foram selecionados 10 dos mais relevantes para temática em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Depois de mencionar nas plataformas citadas as palavras-chaves: PNAE; Crianças; Hábitos Alimentares; Creches; Educação e Saúde, ao final da busca passando por os critérios de filtros já mencionados foram selecionados 07 arquivos dos mais relevantes para temática em questão. Notou-se uma baixa publicação de estudos associados à merenda escolar e o desenvolvimento das crianças, apesar de ser um assunto de suma importância, ainda é pouco as publicações voltadas para o público infantil quando se fala da alimentação escolar.



Embora essas publicações sejam de maneira contínua e gradual ao longo dos anos, observou-se uma diminuição no número de publicações sobre a temática no período pandêmico COVID-19 (2020 a 2022). Os artigos em questão abrangem diversas temáticas, sendo como foco principal a alimentação saudável e a promoção da saúde. Conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1: Arquivos categorizados

ARTIGO	ANO	Nº DE AUTORES	PERIÓDICOS	TEMA
01	2014	1	Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT)	A importância de uma alimentação adequada na educação infantil.
02	2015	5	Revista de Nutrição (e-ISSN 1678-9865)	Consumo alimentar de crianças de 12 a 30 meses que frequentam Centros Municipais de Educação Infantil no município de Colombo, Sul do Brasil.
03	2018	3	Rev. CEFAC 18 (6) • Nov-Dec 2016	Desenvolvimento da fala e alimentação infantil: possíveis implicações



04	2018	4	Cad. Saúde Pública 34 (12) • 2018	Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas: o dilema entre a suplementação nutricional e a promoção da alimentação saudável em escolas
05	2021	6	Cad. Saúde Pública 37 (suppl 1) • 2021	Proposta de educação alimentar e nutricional integrada ao currículo de Educação Infantil e Ensino Fundamental
06	2022	4	• Saúde debate 46 (spe3) • Nov 2022	Programa Saúde na Escola: desafios e possibilidades para promover saúde na perspectiva da alimentação saudável
07	2023	8	Ciênc. saúde coletiva 28(01) • Jan 2023	Situação socioeconômica, tempo de tela e de permanência na escola e o consumo alimentar de crianças.

Após leitura e análise dos artigos selecionados, o estudo desenvolvido para a escrita evidenciou que muito mais do que uma ação nutricional, a oferta da merenda nas escolas públicas se torna uma proposta pedagógica, influenciando fortemente no rendimento escolar das crianças e que o bom funcionamento do metabolismo em decorrência das quantidades diárias de energia adquirida por meio de calorias no processo de ingestão dos alimentos impacta diretamente no nível de aprendizado e na promoção da saúde.



Outro ponto bastante discutido nos artigos selecionados é a prevenção de doenças na idade adulta por meio de uma alimentação equilibrada que varia de acordo com a idade e o modo de vida do indivíduo, sabe-se que crianças e adolescentes na sua grande maioria, apresentam um metabolismo mais acelerado do que as outras faixas etárias e uma alimentação adequada, rica e variada reflete de maneira positiva a promoção da aprendizagem nas etapas iniciais do ensino, bem como a prevenção de doenças através da construção de hábitos saudáveis.

Para YUKARI INOUE *et al* (2015), os valores medianos dos nutrientes, geralmente acima da *Estimated Average Requirement* (EAR) requisito médio estimado, ofertados nas creches associados aos riscos de inadequação de alguns micronutrientes e ao elevado consumo energético, evidenciam a importância de adequar o consumo alimentar e promover hábitos de alimentação saudável nas crianças de creches públicas.

VIEIRA *et al* (2016), chamam atenção inclusive para a consistência alimentar ofertada demonstrando associação significativa com variáveis que influenciam na correta dinâmica do sistema estomatognático, em termos de órgãos fonoarticulatórios e desempenho de funções.

Sabe-se que durante os primeiros anos de vida o gasto energético do cérebro exige uma demanda maior de energia, influenciando o comprometimento da capacidade do raciocínio e aprendizagem, evidenciando que a carência de algumas vitaminas presentes nos alimentos, pode dificultar o processo da aprendizagem, gerando um déficit de atenção durante as aulas e conseqüentemente ocasionando um baixo rendimento escolar.

DIAS *et al* (2018), abordam alimentação como uma questão pedagógica. Nesse sentido, a escola tem o poder de combater o déficit de proteínas e vitaminas diariamente através da oferta da merenda escolar, colaborando para o desenvolvimento cerebral, cuja ausência desses nutrientes pode comprometer o grau de na concentração e aprendizagem dessas crianças.

ARQUE *et al* (2021), ressaltam que a merenda escolar oferecida nas escolas públicas é importante ao desenvolvimento psicofísico do aluno, auxiliando-o em todos os aspectos:



físico motor, intelectual, afetivo, emocional, econômico e social. Esses aspectos de bem-estar contribuem para que o sujeito tenha condições satisfatórias para aprender.

Os estudos de MALDONADO *et al* (2021) mostra que a Matriz e os Cadernos contribuem para a incorporação do tema da alimentação e nutrição na escola por meio de ações de educação alimentar e nutricional que articulem as diferentes dimensões da alimentação aos conteúdos dos componentes curriculares de cada segmento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado anteriormente permite concluir a importância da escola enquanto instituição que garante a prevenção de doenças, isso é feito por meio do autocuidado, higienização, alimentação nutricional equilibrada, bem como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e culturais, que permitem a prevenção de problemas individuais e coletivos.

Aponta ainda que a sala de aula da escola pública é um dos espaços mais adequados para trabalhar temas de interesse coletivo, funciona como um passaporte para despertar de um pensamento na comunidade como educação sanitária e educação para saúde, promovendo uma reflexão sobre as escolhas e adoção de hábitos saudáveis, gerando um conhecimento significativo pautada em atitudes de promoção à saúde e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Presidência da República**. Casa Civil. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>.> Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.> Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. **PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)**. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico> . Acesso em: 06 nov. 2022.



COSTA, Paulo Marques; ALVES, Francisco de Assim Francelino. Merenda escolar no Brasil: desafios e descasos públicos com algo tão importante que complementa a educação em geral. VI Congresso Nacional de Educação. **Anais**. 2019.

CUNHA, Luana Francieli. **A importância de uma alimentação adequada na educação infantil**. 2014, Monografia (Especialização em Ensino de Ciências), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ibaiti, 2014.

DIAS, Patricia Camacho; FERREIRA, Daniele Mendonça; HENRIQUES, Patricia; BARBOSA, Roseane Moreira Sampaio; SOARES, Daniele Silva Bastos; LUQUEZ, Tatiane Marinz de Souza; FEIJÃO, Mariana Defante; BURLANDY, Luciene. Desafios da intersectorialidade nas políticas públicas: o dilema entre a suplementação nutricional e a promoção da alimentação saudável em escolas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 12, p. 1-13, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INOUE, Denise Yukari; OSÓRIO, Mônica Maria; TACONELI, César Augusto; SCHMIDT, Suely Teresinha; ALMEIDA, Claudia Choma Bettega. Consumo alimentar de crianças de 12 a 30 meses que frequentam Centros Municipais de Educação Infantil no município de Colombo, Sul do Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 28, n. 5, p. 523-532, set./out., 2015. Disponível em: <<https://periodicos.puc-campinas.edu.br/nutricao/article/view/8249>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

MALONADO, Luciana; FARIAS, Silvia Cristina; DAMIÃO, Jorginete de Jesus; CASTRO, Luciana Maria Cerqueira; SILVA, Ana Carolina Feldenheimer da; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. Proposta de educação alimentar e nutricional integrada ao currículo de Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Cad. Saúde Pública**, v. 37, n. 01, p. 1-18, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

Organização Mundial da Saúde, 2011.

SILVA, Karla Renata Foschi. **O papel da escola na formação de hábitos alimentares saudáveis na educação infantil**. 2015. 31 folhas. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2015.

VIEIRA, Victor Costa Alves Medeiros; ARAUJO, Claudia Marina Tavares; JAMELLI, Silvia Regina. Desenvolvimento da fala e alimentação infantil: possíveis implicações. **Revista CEFAC**, v. 18, n. 6, p. 1359-1369, nov./dez., 2016.